



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Branco Machado, André Castelo; Lopes Amorim, Mário
Transformações nas relações de trabalho nos bancos: uma trajetória de precarização (1980-2010)
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 34, núm. 2, julio-diciembre, 2012, pp. 179-191
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325404007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Transformações nas relações de trabalho nos bancos: uma trajetória de precarização (1980-2010)

André Castelo Branco Machado e Mário Lopes Amorim*

Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Avenida Sete de Setembro, 3165, 80230-901, Bloco D, 3º andar, Curitiba, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: marioamorim@utfpr.edu.br

RESUMO. Este texto analisa o processo de reestruturação do trabalho bancário no Brasil entre os anos de 1980 e 2010. Tal processo acelera-se com o advento do Plano Real (1994) e é caracterizado pela eliminação de grande quantidade de postos de trabalho. Para tanto, é fundamental a participação das chamadas novas tecnologias, entendidas como sendo tanto os processos de mudança de gestão quanto as transformações físicas ocorridas nos bancos – a automação bancária – ambas integradas no processo produtivo como instrumento para consolidar o modelo de ‘acumulação flexível’. Ao passo que essas novas tecnologias são travestidas de uma maior integração do trabalhador no processo produtivo, marcando o seu caráter corporativista, observa-se uma intensificação do processo de exploração do trabalho, evidenciando que esta flexibilidade caracteriza um estágio de espoliação da força de trabalho no capitalismo. Conclui-se que a estratégia dos bancos combina tanto a extrema exploração dos trabalhadores que prestam serviços em empresas terceirizadas e correspondentes como a intensificação do trabalho do trabalhador bancário.

Palavras-chave: trabalho bancário, trabalho precarizado, novas tecnologias, acumulação.

Transformations in work relations in banks: a trajectory of insecurity (1980 – 2010)

ABSTRACT. This text analyzes the process of restructuring of banking work in Brazil, between the years of 1980 and 2010. This process speeds up with the advent of the Plano Real (1994), and is characterized by the elimination of large number of jobs, and to this end it is essential the participation of the so-called new technologies, understood as both the processes of change of management as the physical transformations that have occurred in the banks – bank automation -, both integrated into the production process as an instrument to consolidate the model of ‘flexible accumulation’. Whereas these new technologies are in disguise of greater integration of the worker in the productive process, marking its corporatist character, an intensification of the process of exploitation of labour, highlighting that this flexibility features a stage of spoliation of the workforce in capitalism. It is concluded that the banks’ strategy combines both the extreme exploitation of workers who provide services to third party companies and corresponding as the intensification of work of bank worker.

Keywords: banking work, precarious work, new technologies, accumulation.

Introdução

Do final da década de 80 do século XX até 2010, o processo de transformação do sistema bancário foi marcado por cinco elementos fundamentais: a automação, os novos modelos de gestão, a concentração, a privatização e a terceirização. Esses cinco elementos estão conectados em uma lógica de acumulação da indústria bancária, que adotou uma estratégia de precarização do trabalho, através de uma severa cobrança de produtividade dos funcionários.

Esse processo ocorre de modo mais acelerado após a implantação da nova moeda, o Real, em 1994, mas é gestado antes mesmo da estabilização monetária. Um dos marcos dessa mudança foi a Resolução 1.524 do Banco Central, de 1988, que alterou

o modelo dos bancos, de empresas ‘especializadas’ em determinados produtos financeiros, estabelecido a partir da reforma bancária de 1964, para o de ‘instituições universais’. Nesse novo modelo, os bancos comerciais estavam autorizados a operar a partir de suas estruturas com diversos produtos, que antes estavam segmentados em diferentes empresas – mesmo que muitas já estivessem associadas nos grandes conglomerados bancários - e, por isso, esses bancos foram intitulados de ‘múltiplos’ (BANCO CENTRAL, 2011a). Isso possibilitou que pudessem “[...] operar com uma estrutura administrativa e operacional menor e mais ágil” (CERQUEIRA; AMORIM, 1998, p. 143).

Essa reforma fortalecia a ideia de bancos como ‘supermercado financeiro’, uma expressão cunhada

em 1985, pelo então diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do banco Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, na Primeira Conferência Latino-Americana sobre Serviços Financeiros ao Consumidor, que sintetizou esse modelo que se desenvolveu desde meados da década de 80 até os dias atuais (CAPPI, 1985).

Nesse artigo, apresentamos o desenvolvimento deste processo de reestruturação do sistema bancário em seu contexto, articulando os elementos que caracterizam essa nova configuração do setor. Para tanto, analisamos os discursos de lideranças empresariais e da área da tecnologia, publicadas em revistas especializadas, anais de congressos e documentos oficiais dos bancos e da Febraban. Do mesmo modo, utilizamos nessa análise uma série de dados econômicos e estatísticos para compreendermos a evolução das estruturas dos bancos nesse período de grandes transformações, através dos resultados anuais da pesquisa *Setor Bancário em Números* da Febraban, dos trabalhos do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese), produzidos para as entidades sindicais dos trabalhadores bancários, e das informações de instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Banco Central do Brasil (Bacen) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Tecnologia e intensificação do trabalho bancário

Desde a década de 60, novas tecnologias físicas e de gestão são incorporadas ao sistema bancário, alterando as rotinas de trabalho, automatizando e centralizando processos e mudando as hierarquias nas empresas. Contudo, as estruturas das unidades bancárias alteraram-se muito pouco até a primeira metade dos anos 1980, como afirmou J. P. Martinez em um artigo de 1981, publicado na revista Dados e Idéias, uma das principais revistas especializadas da área da Informática no Brasil. Segundo o autor,

Os atuais métodos de trabalho nas agências bancárias brasileiras não diferem muito dos empregados há vinte ou trinta anos. Todos os controles, verificações, registros e consultas são essencialmente manuais, a nível de agência. Esta trabalha também para todas as empresas do conglomerado financeiro – banco comercial, banco de investimento, financeira, empresa de crédito imobiliário, distribuidora, corretora, empresa de *leasing* –, cada uma com exigências próprias em termos de processamento de dados. Além disso, depende de informações que, para serem conseguidas, envolvem uma rotina de trabalho razoavelmente lenta. O gerente, para obter o histórico de um cliente, precisa enviar por malote um pedido escrito a uma central. Uma vez conseguidas as informações, a central manda-as de

volta ao gerente pelo mesmo processo (MARTINEZ, 1981, p. 7).

O mesmo Martinez, na edição de abril de 1983 da revista Dados e Idéias (1983, p. 7), escrevia:

[...] os bancos, na verdade, ainda não conseguiram chegar a números que mostram matematicamente o bom retorno dos investimentos feitos nos últimos anos em processamento de dados.

A promessa de resultados promissores, mas ainda não concretizados, aparecem também em 1985 no discurso de Gregório Robles Navas, executivo da Febraban, durante o XVIII Congresso Nacional de Informática, num painel intitulado ‘Automação bancária: surgimento, evolução e situação atual’. Segundo Navas,

Ao examinar a evolução da automação bancária voltada para o cliente tem-se às vezes a impressão de que esse processo foi feito com uma visão mercadológica, visando mais a concorrência do que a racionalização de serviços e custos. No entanto, temos a certeza de que não foi apenas o marketing que orientou esse trabalho, e poderemos sentir em breve uma redução nos custos de operações (NAVAS, 1985).

Como vemos, ainda havia uma grande expectativa na metade dos anos 1980 com os ganhos em eficiência operacional através das novas tecnologias. Desde o início da década, o projeto de ‘agência online’, perseguido desde os anos 1960 pelos bancos brasileiros para integrar as suas contabilidades e os caixas das unidades a um computador central e permitir uma melhor integração e a expansão do sistema financeiro nacional, já estava concretizado, com a inauguração da agência-modelo Mercúrio, do Itaú, em São Paulo (EM DIREÇÃO..., 1982, p. 18). Contudo, a disseminação dessa tecnologia no conjunto das agências do País e a efetiva automação do atendimento somente ocorreram na década seguinte, quando os bancos dependem de novas estratégias para maximizar seus lucros e ampliar seus negócios.

Mesmo que a década de 80 seja riquíssima do ponto de vista das inovações tecnológicas para o setor bancário, sobretudo após a criação, pelos bancos, de empresas nacionais da área da Informática, houve uma acomodação em suas estruturas produtivas, em relativo atraso de adaptação às tecnologias disponíveis no período. As altíssimas taxas de inflação asseguravam grandes lucros às instituições financeiras, o que lhes permitia não depender de transformações mais céleres para lhes assegurar grandes rendimentos. Deste modo, podemos afirmar que a acomodação garantia uma coexistência de ‘novas’ e ‘antigas’ estruturas

organizacionais nas empresas, no qual os administradores estavam mais focados em aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado do que gastar energia em reestruturações profundas, sobretudo pelo grau de tensões sociais geradas por esse tipo de transformações.

Em junho de 1990, o então consultor de Assuntos Econômicos e Operacionais da Febraban, Brito Alves, evidencia esse fato, demonstrando em seu discurso certo desinteresse ou desatenção dos bancos em adotar mudanças muito enérgicas para garantir ganhos de produtividade até o início dos anos 1990, frente aos ganhos muito maiores com as altas taxas de inflação do País:

Os ganhos de produtividade e a racionalização sempre estiveram na pauta dos administradores, mas foram, durante a inflação alta, devorados pelas atenções com as receitas financeiras. Ganhos de 2% ou de 3% de produtividade, ao ano, perderam sentido diante dos ganhos de 3% ao dia no *overnight*. Toda economia terá de reaprender a calcular e avaliar seus custos (ALVES, 1990, p. 19).

Mas os bancos voltam suas atenções para a reestruturação organizacional no primeiro sinal de alerta. No curto intervalo de dois meses de relativo controle da inflação, em abril e maio de 1990, através do Plano Collor, os bancos iniciaram um amplo processo de reengenharia e uma trajetória de eliminação de postos de trabalho que seguiu acelerada por mais de uma década, como podemos ver na Figura 1. Somente no mês de junho foram demitidos 16 mil bancários, maior número de desligamentos em um mesmo mês que se tem registro (CERQUEIRA; AMORIM, 1998).

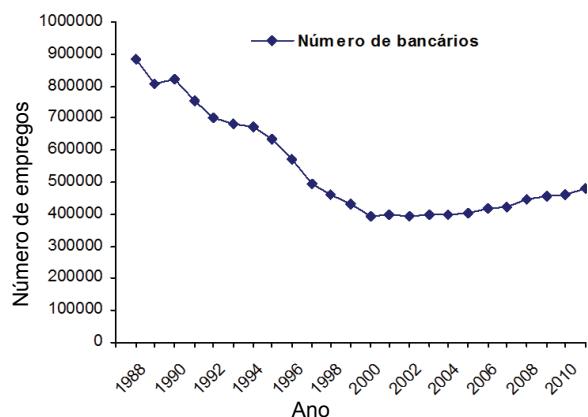


Figura 1. Empregos bancários no Brasil (1988-2010).

Fonte: Febraban (1995, 1996, 1998, 1999, 2001, 2002); Dieese (2012).

A volta da inflação desenfreada a partir do naufrágio do Plano Collor e a continuidade das altas taxas de lucro com a especulação sobre a desvalorização da moeda nacional não significou um recuo no

processo de reengenharia no interior dos bancos. Pelo contrário, de 1990 a 1994 foram eliminados mais de 188 mil postos de trabalho, restando em dezembro de 1994 apenas 656 mil bancários no setor. Como podemos observar na Figura 1, as oscilações positivas no estoque de empregos nos maiores bancos coincidem com os períodos em que estas instituições adquirem ou se fundem com outros bancos. No entanto, no período subsequente, invariavelmente, há uma diminuição de postos de trabalho no novo conglomerado constituído, a patamares próximos ao número de empregados que os bancos detinham antes das fusões ou aquisições.

O Unibanco em 1995 aumentou de 17.034 para 28.543 funcionários, mas exclusivamente devido à compra do Banco Nacional. Na soma do número de empregados das empresas, as fusões e aquisições sempre apontam para a diminuição do estoque geral dos empregos. De 1996 a 1999, o número de empregados do Unibanco caiu de 24.918 para 17.390, voltando a crescer somente em 2000 a um patamar aproximado ao de 1996, com 25.219 empregos. Da mesma forma, o aumento de empregos no Itaú em 1997 e do Bradesco em 1998 advém da compra, respectivamente, do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) e do Banco de Crédito Nacional (BCN), em 1997.

As inovações tecnológicas tornam-se instrumentos privilegiados dos bancos para viabilizar o processo de enxugamento de seus quadros de funcionários e diminuição do custo do trabalho. Esse conteúdo se evidencia, em junho de 1991, no discurso de Eduardo Conde, então presidente do Centro de Automação Bancária (CNAB) da Febraban, na abertura do Primeiro Congresso Internacional de Automação Bancária (CIAB) realizado pela entidade. Segundo Conde,

Nossos grandes desafios no futuro próximo já estão definidos. Teremos que manter crescentes investimentos em automação com a preocupação de aumentar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados. Simultaneamente, seremos obrigados a reduzir custos, de forma a viabilizar o acesso de parcelas crescentes da sociedade e empresas aos serviços bancários. É nesse cenário que emerge a importância do CNAB na busca de soluções cooperadas, de compartilhamento de tecnologia, na busca de soluções tecnológicas modernas, eficientes e com retorno rápido e compatível com as necessidades das organizações e de seus clientes (CONDE, 1991, p. 3).

Esse primeiro Congresso foi realizado exatamente em um ano em que os resultados de muitos bancos haviam sido ‘fracos ou negativos’, segundo as

palavras de Conde, e o evento, que visava debater as tecnologias para o setor bancário, assumia uma tarefa central na busca da ‘superação do quadro de dificuldade’. A tecnologia consolidava seu lugar de destaque como meio para alcançar os objetivos dos bancos e a diretriz estava abertamenteposta à mesa por Conde: ‘reduzir custos’.

A estratégia dos bancos foi extremamente vitoriosa. De 1994 a 2009 houve uma diminuição real dos custos com a folha de pagamento nos bancos, ao passo que a lucratividade aumentou exponencialmente. Como podemos analisar na Tabela 1, as despesas dos bancos com pessoal passou de R\$ 16,02 bilhões em 1994, para R\$ 20,82 bilhões em 2002 e R\$ 45,06 bilhões em 2009, um aumento nominal de 181,19%, mas uma redução real de mais de 15% devido às perdas inflacionárias.

Tabela 1. Lucros, Despesas com Pessoal e Variação da Inflação - 1994 a 2009.

	(em mil R\$)		
	Lucro dos Bancos	Despesa com Pessoal	Inflação (IPCA/IBGE)
1994	1.316.866	16.025.222	
2002	12.939.157	20.824.800	
2009	35.034.667	45.061.614	
Var. 2009/1994* (%)	2.560,46%	181,19%	196,85%

*Inflação acumulada no período de jan/1995 a dez/2009 (BANCO CENTRAL, 2011a; IBGE, 2011).

As perdas da massa salarial dos bancários, todavia, ocorreram entre os anos de 1994 a 2002, quando o movimento sindical bancário esteve mais fragilizado pela conjuntura política e econômica vivenciada no período, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve uma sensível diminuição do número de greves e da participação dos trabalhadores em movimentos coletivos, impossibilitando uma reação à política de arrocho adotada nessas empresas. A partir de 2003, a curva salarial se inverteu devido ao retorno de fortes movimentos de greve, que possibilitaram a recuperação de uma parte das perdas salariais. Deste modo, o aumento das despesas com pessoal nos anos de 2002 a 2009 (Tabela 1) representa não somente o crescimento do número de bancários (Figura 1), mas uma conquista das greves impulsionadas a partir do início do Governo Lula e do relativo aumento da participação dos trabalhadores nos sindicatos, como analisa Carvalho (2009).

Mesmo que tenha havido uma recuperação parcial das perdas salariais acumuladas nos anos de 1990, a primeira década do século XXI significou uma aceleração sem precedentes do ritmo de trabalho no interior das agências bancárias, elevando a categoria ao “[...] primeiro lugar com relação à

intensificação do trabalho” (DAL ROSSO, 2008, p. 150), através de uma cobrança instantânea da produtividade, aumento médio das jornadas de trabalho e instituição de programas de remuneração variável. Os dados da produtividade média dos bancos revelam esse aumento individual da carga de trabalho: enquanto em 2000 havia uma média de 159 clientes para cada bancário e eram realizadas 49 mil operações anuais, em 2010 o número de clientes passou para 291 por bancário e as operações aumentaram para 113 mil *per capita* (FEBRABAN, 2001, 2009, 2011).

É verdade que as novas tecnologias informacionais difundidas nesses últimos anos, como a *internet* ou o *mobile bank*, bem como a expansão dos demais canais eletrônicos (cartão de débito e crédito, terminais eletrônicos de autoatendimento, débitos e créditos automáticos), contribuíram para aumentar o número de operações realizadas pelos próprios clientes. O crescimento vertiginoso dos usuários e das operações através do *internet banking* demonstra esse fenômeno: o número de clientes com acesso a este canal passou de 8,3 milhões em 2000 (13% dos correntistas) para 38 milhões em 2010 (27% dos correntistas) e o número de transações saltou de 729 milhões (3,68% do total) para 12,8 bilhões (23% do total) (FEBRABAN, 2009, 2011).

No entanto, o crescimento dos canais de autoatendimento é acompanhado do aumento do trabalho vivo, mesmo que a operacionalização seja realizada nos canais eletrônicos, o que explica o aumento das contratações entre 2002 e 2009, como podemos observar na Figura 1. Na medida em que aumentam as operações automatizadas, cria-se uma série de outras demandas internas aos bancos para gerenciá-las e processá-las. Portanto, atribuir o aumento da produtividade média nos bancos exclusivamente às novas tecnologias seria desconsiderar a intensificação de trabalho. Até porque o número global das operações também aumentou em proporções vertiginosas, muito além do aumento do número de trabalhadores bancários: enquanto o total de transações em 2000 foi de 19,7 bilhões, no ano de 2010 esse número aumentou para 55,7 bilhões, um crescimento de mais de 180%. Ao passo que o número de trabalhadores bancários aumentou de 400 mil em 2000 para 493 mil em 2010, pouco mais de 23%¹.

¹Mesmo nesse cenário, as operações manuais não pararam de crescer. A função dos caixas no interior das agências, uma das atividades mais afetadas pelas novas tecnologias e pela terceirização, passou de 4 bilhões em transações em 2000 para 5,2 bilhões em 2010 (FEBRABAN, 2009, 2011).

Soma-se a isso o fato da mudança do perfil da atividade do bancário, que se ‘liberta’ de muitas das funções de intermediação e operacionalização para viabilizar os negócios, fortalecendo ainda mais o papel de vendedor dos inúmeros produtos do ‘supermercado financeiro’. Segundo Jinkings (2002, p. 179, grifos do autor),

As medidas adotadas para a reestruturação do sistema bancário nacional excluem, com maior freqüência, os trabalhadores considerados menos qualificados ou não adaptados aos princípios empresariais de ‘qualidade’ e da ‘excellência’. Simultaneamente, valorizam os profissionais com capacidade de gerenciamento, hábeis em vendas e capazes de compreender os movimentos do mercado financeiro, aptos a um atendimento personalizado aos clientes preferenciais dos bancos, com alto rendimento e potencial investidor.

Essa mudança no perfil do trabalhador esteve diretamente conectada com as novas tecnologias desenvolvidas para o setor bancário. A informatização permitia não somente agilizar e simplificar os processos, mas concentrar diversas funções que até então eram desempenhadas por um coletivo de trabalhadores, separados em áreas especializadas, em um mesmo trabalhador mais generalista e qualificado. As novas tecnologias físicas, portanto, potencializavam a tendência de multifuncionalidade e aumento da produtividade do trabalho. Como afirmou Maurício Schulman, Presidente da Febraban em 1995, no catálogo de apresentação do V CIAB:

A administração da tecnologia (...) passou a determinar o tipo de serviço prestado, a forma de prestação do serviço, sua qualidade e seu custo, condicionando o negócio sob as mais diversas formas, influenciando decisivamente na definição do seu público alvo. Delineou também um novo perfil para o trabalhador bancário que passou a exercer funções mais nobres e incorporou conhecimentos sobre as mais modernas tecnologias (FEBRABAN, 1995).

As funções ‘menos nobres’, na perspectiva de Schulman, foram paulatinamente sendo terceirizadas. As áreas de conservação, limpeza e segurança foram as primeiras a saírem do quadro próprio dos bancos, representando 7% do quadro de trabalhadores em 1988 e reduzindo para apenas 3% em 1993 (CERQUEIRA; AMORIM, 1998). No final da década de 90, esses serviços já estavam praticamente extintos do quadro próprio de trabalhadores dos bancos. No entanto, essas áreas foram somente as precursoras de um processo muito mais amplo, que levou uma série de outras atividades para as terceirizadas, estando entre as mais comuns:

processamento de documentos, compensação, teleatendimento, cobrança, microfilmagem, digitação, caixa, TI (*hardware e software*), telecomunicações e, mais recentemente, através dos correspondentes (como veremos a seguir). Em síntese, em relação ao trabalho bancário, houve um acelerado processo de intensificação da exploração da força de trabalho, causando grande sofrimento físico e mental da categoria e precarização da contratação através da terceirização.

Do ponto de vista dos mecanismos de acumulação dos bancos, mesmo com o fim da inflação, que garantia os altos rendimentos até 1994, houve uma continuidade do crescimento da rentabilidade média do setor. Esse fato, se considerarmos que a receita com a inflação situava-se na média de nove bilhões de dólares ao ano até 1993, e caiu para 499 milhões em 1995 (JINKINGS, 2002), evidencia que as mudanças realizadas pelo governo com o Plano Real foram negociadas com o setor financeiro e conservaram o poder dos bancos, garantindo-lhes novos mecanismos de expansão e lucratividade.

A estabilização monetária em 1994, deste modo, não significou uma ruptura com o modelo econômico, mas uma

[...] continuidade da política iniciada com o governo Collor, baseada nas premissas do Consenso de Washington, para o qual o mercado, uma vez alcançada a estabilização, possui poderes demiúrgicos para alavancar o crescimento econômico e corrigir as desigualdades econômicas e sociais existentes (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 29).

Evidentemente que o mercado não corrigiu nenhuma desigualdade através do suposto ‘consenso’. Pelo contrário, serviu como instrumento para concentrar o mercado e continuar o processo iniciado pelo governo Collor de abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro, atraindo capitais ávidos por altos rendimentos rápidos e voláteis, pondo fim a políticas de proteção à indústria nacional - como a reserva de mercado da informática - e estimulando a importação através de redução da carga fiscal.

O setor bancário nos governos FHC e Lula

De 1988 a 1994 houve um crescimento de 104 para 245 bancos no país (Tabela 2). Contudo, esse crescimento não significou uma inversão no processo de concentração bancária, que caracterizou o sistema financeiro desde a década de 60. Na realidade, esse aumento deveu-se à adaptação do setor à reforma bancária de 1988, transformando distribuidoras, financeiras, bancos de investimento e

corretoras – empresas com forte participação estrangeira – em bancos múltiplos.

Tabela 2. Número de Instituições Bancárias no Brasil.

	1964	1970	1980	1988	1994	2000	2010
Número de bancos	336	178	111	104	245	192	157

Fonte: Banco Central (2011a) e Janawitzer (1986).

Todavia, desde o Plano Real, em 1994, houve uma nova impulsão à concentração privada e um estímulo ao capital estrangeiro através da intervenção estatal. Além do mais, as medidas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso facilitaram o movimento dos capitais transnacionais² e impediram medidas de regulamentação do sistema financeiro, como as previstas no artigo 192 da Constituição de 1988 (IANONI, 2010).

Segundo Dias e Lenzi (2009, p. 102),

A implantação do Programa Brasileiro de Estabilização Econômica (Plano Real) em 1994 inaugura uma longa série de planos econômicos que dão continuidade ao processo de reorganização iniciado em 1988. Interlocutor de primeira grandeza com os atores internacionais, o Banco Central do Brasil (BC) cria progressivamente um conjunto de normas, através de resoluções e de programas específicos, que adaptam o sistema financeiro à ‘opinião’ internacional e redesenharam o quadro institucional no qual operam os bancos. Em primeiro lugar, recomenda a adaptação das instituições financeiras aos princípios do Acordo da Basileia, dispondo sobre a obrigatoriedade de manter patrimônio líquido em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras. Em segundo lugar, após uma sucessão de intervenções e liquidações que envolveram vinte e dois bancos em menos de dezoito meses, o BC implanta, em 1995, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER).

No bojo desses programas, segundo Passos (2001, p. 36), de 1994 a 1999 houve “[...] um total de noventa operações envolvendo mudanças de controle acionário nas empresas financeiras”. Dos 192 bancos em funcionamento em 2000, somente 64 haviam surgido antes de 1988 e 40 desapareceram com as privatizações, liquidação, extinção ou a transformação em outro tipo de instituição. Portanto, 128 eram novos, sendo que, dos recém-criados, apenas um era público, 84 eram privados nacionais e 42 privados estrangeiros (BANCO CENTRAL, 2011b). Isso demonstra que, além de tornar-se mais concentrado, o mercado brasileiro

mudou de proprietários, em um processo que beneficiou, sobretudo, alguns grandes bancos internacionais, sobretudo através do processo de fusões e aquisições (DIEESE, 2007, p. 2), e foi responsável por parte significativa da redução dos postos de trabalho do setor.

Outro fator diretamente relacionado ao estímulo à concentração foi o intenso processo de privatização. A política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso combinava dois fatores: câmbio supervalorizado e taxas de juros muito altas. Assim,

[...] o endividamento tornou-se inevitável diante da rápida apreciação da moeda, reforçada pelo forte ingresso de capitais de curto prazo na economia, atraídos pela alta remuneração que as autoridades econômicas lhes ofereciam (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 29).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que elevava a dívida a patamares estratosféricos, o governo de Fernando Henrique Cardoso defendia a venda das empresas públicas para diminuir o endividamento, dentre elas os bancos públicos.

As privatizações, na realidade, faziam parte do processo de abertura do mercado ao capital estrangeiro, que se consolidará nas duas décadas seguintes como associado ou como titular majoritários de grandes empresas brasileiras, atrelando

[...] cada vez mais a política econômica e monetária brasileira aos interesses do grande capital transnacional, representado em organismos financeiros internacionais como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (JINKINGS, 2002, p. 59).

Esse interesse dos banqueiros fica evidente na publicação do Informativo da Febraban em 1990, em uma matéria com Nicholas Read, Presidente do Midland Bank do Brasil, instituição inglesa que “[...] atuou ativamente no processo de privatização promovido pela ministra Margaret Thatcher” (FEBRABAN/FENABAN, 1990, p. 6-7). Segundo o informativo da Federação, Read avaliava que o governo brasileiro teria começado

[...] com o pé direito seu programa de privatização ao selecionar para a venda empresas rentáveis como a Usiminas e a Siderúrgica de Tubarão. Desta forma (...), cria-se uma expectativa positiva para o Programa, que pode ser colocado em prática enquanto se faz a racionalização e o saneamento financeiro que será necessário nas empresas deficitárias (...). O próprio Midland Bank, o maior credor do Brasil na Inglaterra, estuda a constituição de uma empresa, em conjunto

²Duas medidas marcaram o processo de abertura ao capital estrangeiro: a criação do câmbio com taxas flutuantes, através da Resolução do CMN 1.552 de dezembro de 1988, e, principalmente, da desfiguração das contas CC5 após 1992, por diversas medidas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, facilitando o envio de recursos para o exterior (SICSU, 2007).

com outros dois grandes credores externos, que formará um fundo para participar da privatização das estatais brasileiras (FEBRABAN/FENABAN, 1990).

Nesse processo de privatização do Estado brasileiro, o governo acelerou uma inflexão de mercado nos bancos públicos, iniciada já no governo de José Sarney, para prepará-los para a venda, evidenciada na Nota Técnica 20 do Ministério da Fazenda, de julho de 1995, a qual dizia que “[...] banco é banco, seja público ou privado. Deve gerar resultados, lucro” (JINKINGS, 2006, p. 74). Na realidade, esse discurso deixava implícito outro conteúdo, de que banco deveria dar lucro e não deveria ser atribuição do Estado, que seria ineficiente para gerir uma empresa rentável. Posteriormente à Nota Técnica 20, os bancos públicos estaduais foram integrados no Programa Nacional de Desestatização para serem privatizados³.

O Banco Central, em um balanço das mudanças no setor após a reforma bancária de 1988, consultado na página da instituição na *internet* em 2010, avalia que os bancos privados teriam demonstrado “[...] maior flexibilidade para se adaptarem às condições de economia estável, modificando tecnologias e processos de produção de serviços” (BANCO CENTRAL, 2011a), enquanto os bancos públicos estaduais teriam sido mais lentos, “[...] refletindo a desvantagem comparativa desse segmento causada pelas amarras legais e políticas” (BANCO CENTRAL, 2011a).

Esse posicionamento do Banco Central, publicado pela instituição durante o governo Lula, reproduz o mesmo discurso oficial à época de Fernando Henrique Cardoso, em que se buscava justificar a pilhagem do patrimônio público pelo grande capital internacional pela ideia da ineficiência das empresas públicas. Na realidade, não se tratava de incapacidade administrativa ou tecnológica dos bancos públicos, mas de uma política deliberada de governos ao redor do mundo para transferir as riquezas cristalizadas no setor público através das empresas estatais para salvar o capitalismo em crise⁴.

No caso dos bancos, as privatizações jogaram um importante papel na desregulamentação global do mercado financeiro e propiciaram a expansão dos grandes conglomerados privados, tendo como resultado, de 1987 a 2003, a venda para o setor privado de 250 bancos em todo mundo (IPEA, 2009). Os governos brasileiros adotaram com entusiasmo essa política, abrindo o mercado bancário nacional para

instituições estrangeiras, como o CGD (português), ABN (holandês), HSBC (inglês), Santander e BBVA (espanhóis), que dobraram em número de bancos sob seu controle ou com sua participação ao fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (BANCO CENTRAL, 2011a).

Durante o governo Lula (2003-2010), houve uma diminuição dos processos de incorporação dos bancos públicos pelos conglomerados privados através das privatizações. No entanto, dois bancos estaduais, o do Ceará e do Maranhão, foram vendidos ao Bradesco durante o seu primeiro mandato presidencial.

O Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) se consolidaram como as duas grandes instituições públicas comerciais e fortaleceram sua importância estratégica para o governo. Em 2002, estes bancos representavam, respectivamente, 16,17% e 7,61% na participação das operações de crédito do segmento bancário; em 2010, passaram a representar 23,26 e 14,07%. Em relação aos depósitos nos bancos, o Banco do Brasil passou de R\$ 80,43 bilhões (17,73%) para R\$ 347,34 bilhões (19,11%), e a Caixa expandiu de R\$ 76,76 bilhões (16,92%) para R\$ 215,19 bilhões (11,84%) (BANCO CENTRAL, 2011a).

Contudo, por outro lado, houve um aprofundamento das políticas de desregulamentação financeira e abertura para a livre circulação do capital estrangeiro no País, atraídos pelas grandes taxas de rentabilidade (GHINIS, 2006). Mesmo com a redução do número de instituições bancárias, houve uma grande expansão do mercado bancário no País, com aumento sensível no número de usuários, das operações e dos ativos do setor. Essa ampliação das dimensões do mercado oligopolista também significou um aumento da rentabilidade do setor, com um crescimento de 2.560% na lucratividade dos bancos entre 1994 e 2009 (Tabela 1).

O governo Lula continuou com a trajetória de adaptação dos bancos públicos ao mercado privado, com aumento das terceirizações e pressão por resultados. Ao invés das privatizações convencionais realizadas anteriormente, o governo Lula incorporou ao Banco do Brasil dois bancos estaduais sucateados pelos governos estaduais de São Paulo e Santa Catarina (a Nossa Caixa e o BESC, respectivamente). Ao mesmo tempo, promoveu uma venda gradual das ações do Banco do Brasil ao mercado bursátil. Em junho de 2002, o Tesouro Nacional e os Fundos Públicos detinham 73,2% do controle acionário do banco, sendo que as demais ações pertenciam: 5,6% ao BNDES, 13,8% à PREVI, 0,9% ao capital privado estrangeiro e 6,4% ao capital privado nacional. Em janeiro de 2011, o Tesouro Nacional e os Fundos Públicos passaram a controlar somente 59,2% das ações, a PREVI diminuiu

³Em 1995, o governo Fernando Henrique implantou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), criando “[...] linhas de crédito, benefícios fiscais, além de subsídios e incentivos, disponibilizando recursos para a fusão ou incorporação de instituições financeiras insolventes, beneficiando grandes instituições financeiras privadas” (JINKINGS, 2002, p. 72).

⁴Sobre a crise estrutural do capitalismo ver Mészáros (2002), Chesnais (2005), Dantas (2010), Antunes (1999), Alves (2011), Coggiola e Katz (1996).

para 10,4% e o BNDES para 0,0%, enquanto o capital privado estrangeiro passou para 17,0% e o capital privado nacional para 13,4%, representando um modelo de capitalização privada do banco público com o objetivo de concorrer no mercado e uma impressionante transferência de capitais para o setor privado, sobretudo estrangeiro (ver Tabela 3).

Tabela 3. Composição acionária do Banco do Brasil - 2002 a 2010 – em %.

	Jun/2002	Set/2009	Dez/2010
Tesouro Nacional	73,3	65,4	59,2
PREVI	13,8	10,4	10,4
BNDES	5,6	2,5	0
Privados Estrangeiros	0,9	11,6	17,5
Privados Nacionais	6,4	10,1	12,9

Fonte: Banco do Brasil (2011).

Em relação aos bancos privados, esse período foi marcado pela expansão de três grandes conglomerados: o Bradesco, o Itaú e o Santander. Já no início do governo Lula, o Bradesco, que havia comprado o BCN na década de 90 e o Mercantil no início da última década, protagonizou a primeira grande aquisição do período, com a compra da filial brasileira do banco espanhol BBVA, que, por sua vez, havia comprado o banco Excel em 1998, consolidando, no período, o Bradesco como o maior banco privado do País.

O banco Itaú entrou nessa disputa pelo topo do ranking do sistema bancário a partir da compra de outro banco estrangeiro, o BankBoston, em 2006, adquirindo o controle das filiais no Brasil, Chile e Uruguai. Em 2008, em meio à crise econômica, aproveitando a liberação de recursos a partir da política de diminuição dos compulsórios bancários e empréstimos cambiais pelo Banco Central, o Itaú realizou a compra do Unibanco, que já havia comprado o banco Nacional em 1995 e o Bandeirantes em 1998, elevando o Itaú, naquele momento, na maior instituição bancária do país, ultrapassando em número de ativos o próprio Banco do Brasil.

Já o banco espanhol Santander, consolidado no Brasil a partir da compra do Banespa, em 2000, realizou um forte investimento de expansão mundial com a compra do banco holandês ABN Amro. No Brasil, o ABN havia comprado o Real em 1998 e o Sudameris em 2003, se tornando um dos cinco maiores bancos brasileiros, o que permitiu ao Santander um crescimento rápido e uma equiparação em número de ativos e de patrimônio líquido aos outros quatro grandes conglomerados bancários predominantes no País.

Assim, os cinco maiores bancos aumentaram ainda mais o controle do sistema bancário: em 2000, 50,2% dos ativos do setor estava nas mãos dos cinco maiores bancos e 78,2% dos 20 maiores. Em 2010, os cinco

maiores concentravam 67% e os 20 maiores 89,6%, como podemos observar na Tabela 4.

Se fizermos esse comparativo de 1980 a 2010, vemos que houve um aprofundamento do processo de concentração bancária: em 1980, os quatro maiores bancos eram responsáveis por 41% dos depósitos, 37% dos empréstimos e 41% do patrimônio líquido do setor bancário (JANOWITZER, 1986), enquanto em 2010 os quatro maiores passaram a deter 63% dos depósitos, 73% dos empréstimos e 82% do patrimônio líquido⁵.

A concentração do mercado se traduz também em uma maior concentração geográfica. Diferente do que ocorreu com o processo de concentração bancária pós-reforma de 1964, quando houve uma orientação e um incentivo para os bancos se dispersarem para todo território nacional, as mudanças no setor iniciadas no final da década de 80 não mantiveram a característica de dispersão territorial das agências: na análise dos cinco maiores bancos privados do País, Dias e Lenzi apontam que, em uma comparação entre os anos de 1986 e 1996,

[...] enquanto o número de municípios integrados pelas redes dos cinco maiores bancos decresceu 30,83% (de 2.212 para 1.530), o número de agências caiu apenas 1,74% (de 5.495 para 5.399) (DIAS; LENZI, 2009, p. 103).

Tabela 4. Comparativo da composição do sistema financeiro nacional 2000 e 2010.

	2000	Ativos	2010	Ativos
Bancos	192	99,24%	157	98,39%
Públicos	17	36,61%	9	27,76%
Privados maioria capital nacional	105	35,22%	88	52,71%
Privados maioria capital estrangeiro	70	27,41%	60	17,92%
Cooperativas de crédito	-	0,76%	-	1,61%
Ativos dos 5 maiores bancos	50,2%	-	67,0%	-
Ativos dos 10 maiores bancos	64,1%	-	79,7%	-
Ativos dos 20 maiores bancos	78,2%	-	89,6%	-

Fonte: Banco Central (2011a).

Assim, não houve uma diminuição significativa do número de agências bancárias dos grandes conglomerados bancários, mas uma concentração das mesmas nos centros comerciais do País, onde está concentrado o capital e há maior concorrência por mercado. Ao mesmo tempo, centenas de municípios mais pobres foram abandonados pelas unidades próprias dos bancos. A rede de agências do Bradesco, que ocupava a posição de maior banco privado nacional e com uma grande amplitude de atendimento, reduziu-se nesse período de 1.616 para 1.254 municípios atendidos, com forte retração nas Regiões Norte e Nordeste (DIAS; LENZI, 2009). Esse processo de concentração geográfica se intensificou após o ano de 1996, com a intensificação

⁵Consideramos para essa comparação os quatro maiores bancos em patrimônio líquido (Santander, BB, Itaú e Bradesco) (BANCO CENTRAL, 2011a).

dos processos de privatização e pela gestão voltada para o mercado dos bancos públicos, especialmente no Banco do Brasil. Houve, portanto, uma diminuição do número de municípios com agências bancárias: segundo o Banco Central, o número de municípios desassistidos passou de 1.223 em 1996, para 1.659 em 2000 e 1.974 em 2010 (35% dos municípios do País).

Os correspondentes bancários e a 'bancarização'

A concentração em grandes centros urbanos não significa que os bancos abandonaram os municípios mais pobres e não buscaram explorar o crescimento do consumo local ocorrido em muitas localidades na última década, com a expansão dos programas de distribuição de renda, aumento do salário mínimo e reajuste dos pisos das aposentadorias. Essa presença, contudo, se deu a partir dos correspondentes, empresas não bancárias

[...] contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições (BANCO CENTRAL, 2011d).

Apesar de não haver legislações específicas para regular esse tipo de operação bancária por correspondentes, há uma série de resoluções do Banco Central, desde o ano de 1973, a partir da Circular 220, que permitiu aos

[...] estabelecimentos bancários atribuírem a pessoas jurídicas, sob contrato especial, o desempenho das funções de correspondentes, que se resumirão na cobrança de títulos e execução, ativa ou passiva, de ordens de pagamento em nome do contratante, vedadas outras operações, inclusive a concessão de empréstimos e a captação de depósitos (BANCO CENTRAL, 2011c).

Contudo, até o final da década de 90 esse tipo de estabelecimento desempenhava um papel marginal na organização da estrutura do sistema bancário. Somente em 1999, com a publicação da Resolução 2.640, do Conselho Monetário Nacional, que se aprofunda o processo de desregulamentação das atividades bancárias, possibilitando que os correspondentes pudessem atuar em diversas áreas, até então restritas aos bancos, como recepção e encaminhamento de abertura de contas e pedidos de empréstimos, recebimentos e pagamentos, análise de crédito e cadastro, e outras atividades a critério do Banco Central.

A justificativa seria levar os serviços bancários para a população mais pobre - a 'bancarização' -, permitindo o acesso de serviços bancários por

cidadãos de municípios desassistidos por agências bancárias ou postos de atendimento. O pioneirismo na adoção de uma política de expansão mais agressiva de correspondentes para atuar nas diversas novas atribuições permitidas pelo Banco Central foi da Caixa Econômica Federal, que credenciou, em dezembro de 2001, a

[...] padaria do 'Seu Ridaldo', em Solidão, cidade do sertão pernambucano, e o Supermercado do Gilson, em Normandia, aos pés do Pico da Neblina, em Roraima, como seus primeiros correspondentes (CORRESPONDENTES..., 2006a, p. 12, grifo do autor).

Assim, os bancos, que haviam retirado suas agências dos municípios mais pobres por uma estratégia de mercado adotada na década de 90, em consequência da concentração privada do setor e do modelo de acumulação do pós-Plano Real, passam a utilizar o discurso 'social' da 'bancarização' para legitimar a expansão e exploração econômica dos municípios mais pobres através dos correspondentes. Nesse sentido, os bancos não diziam adotar esse modelo de expansão para aumentar os seus lucros, tendo em vista que os custos para manter um correspondente eram muito mais reduzidos em relação às agências, mas defendiam a adoção dessa modalidade de expansão em nome de uma 'demanda por justiça social', como expressou o economista-chefe da Febraban, Roberto Troster (2005, p. 11):

Quanto menores forem os custos de um banco, menor será o valor de operação mínimo viável e maiores serão o volume e a quantidade de brasileiros com acesso ao crédito. Baixar os custos dos bancos é sinônimo de aumentar a oferta de crédito aos mais pobres e criar um círculo virtuoso entre crédito barato, investimento e crescimento. Considerando a importância que o aumento do crédito tem, a adoção de medidas para baixar o custo de operações bancárias é prioritária, especialmente por uma demanda de justiça social.

O discurso social da 'bancarização', todavia, logo mostrou seu verdadeiro objetivo: a expansão barata dos serviços bancários e uma forma de segmentar os clientes, expulsando os mais pobres das agências bancárias e diminuindo o custo dos bancos. As linhas de crédito não foram diferenciadas e mais baratas nos correspondentes, como leva a crer Troster, sendo cobradas as mesmas taxas utilizadas nas agências bancárias - uma das maiores médias de juros do mundo: para as pessoas físicas 59,32% em 2000 e 50,67% em 2008 (IPEA, 2009).

As mudanças nas normas de funcionamento dos correspondentes evidenciaram essa trajetória durante

toda a década de 00 do século XXI. A Resolução 2.707, publicada no ano de 2000, retirou do texto da Resolução 2.640 o parágrafo que vinculava a autorização para o funcionamento do correspondente a inexistência de agência ou posto bancário no município, permitindo a coexistência de ambas as unidades na mesma praça. Essa mudança já apontava o plano dos bancos, que foi posto em prática nos anos seguintes, de abrir unidades dos correspondentes para reter os mais pobres nas mesmas cidades e bairros onde já havia agências e, até mesmo, nos mesmos prédios das agências tradicionais, que passaram a atender apenas os clientes rentáveis.

A ideia da ‘bancarização’ logo deu lugar ao discurso da comodidade dos mais pobres, que não se sentiriam à vontade nas agências bancárias, como podemos observar na exposição do representante da Febraban, Gérson Gomes da Costa, em uma audiência pública que discutiu uma proposta de mudança nas normas de funcionamento dos correspondentes⁶, onde ele afirmou:

As pessoas também ganham, porque os correspondentes levam comodidade ao atendimento, que é feito em locais próximos às residências, em horário de atendimento ampliado, em locais onde as pessoas podem frequentar com seus chinelinhos (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2011).

As pessoas de ‘chininho’ são, evidentemente, os mais pobres, que utilizam as unidades bancárias como usuários para recebimento de programas sociais, aposentadorias, baixos salários ou pagamento de tributos e títulos. Esse público não gera resultados econômicos para os bancos e, por esse motivo, significam custos com atendimento, aumentam os fluxos nas agências e ainda representam uma indisposição social com outros públicos de maior renda, que muitas vezes não aceitam dividir o mesmo local de atendimento com pessoas de ‘chininho’.

Os correspondentes geram uma nova segmentação, com a completa exclusão daqueles que nem sequer são segmentados, que representam a maioria da população do País. Nessa perspectiva, Mauro Peres, da empresa de consultoria na área de Tecnologia da Informação (TI) da *International Data Corporation* do Brasil, publicada na revista CIAB de dezembro de 2005, vai apresentar os correspondentes como o modelo de aumento das receitas dos bancos, como podemos ver nesse trecho:

Pouquíssimos bancos apontam que o aumento de receita se dará pelo aumento de suas capilaridades com a abertura de novas agências ou aumento expressivo no lançamento de novos produtos. Poucos bancos pretendem diminuir o número de agências para melhorar a eficiência operacional. A busca do aumento de receita será por parcerias com redes varejistas, utilização de correspondentes bancários, aumento na agressividade comercial e exploração do mercado corporativo de médio porte e de pessoa física das classes sociais mais baixas (PERES, 2005, p. 10).

Deste modo, o discurso de levar o banco aos municípios desassistidos, em nome de um papel social destas instituições, logo caiu por terra. Os bancos passaram a ‘redefinir o conceito’ dos correspondentes e a admitir publicamente suas intenções, até porque pretendiam expandir ainda mais esse modelo e flexibilizar ainda mais a ‘legislação’ através de medidas do Banco Central, que manteve seu viés desregulamentador durante o governo Lula.

Assim, outras importantes alterações ocorreram com as Resoluções 3.110, de 2003; a 3.654, de 2008; e a 3.954, de 2011. A Resolução 3.110 incluiu como serviços dos correspondentes a execução de serviços de cobrança e a recepção e encaminhamento de propostas de cartão de crédito, além de abrir a possibilidade da quarteirização de serviços pela empresa contratada como correspondente. A Resolução 3.654 passa a desobrigar o Banco Central de autorizar o funcionamento dos correspondentes, cabendo aos bancos apenas comunicar ao órgão a contratação de empresas para essa finalidade. E a Resolução 3.954 permite que sejam contratadas como correspondentes outras ‘instituições financeiras e as demais instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional’ e que essas entidades realizem operações de câmbio.

Essas medidas permitiram aos bancos contratarem de forma mais ágil os correspondentes e tornaram sua atuação muito mais abrangente, possibilitando que o enorme crescimento do setor não refletisse proporcionalmente no aumento das estruturas próprias dos grandes conglomerados e os serviços pudessem ser realizados por trabalhadores a custos muito mais baixos.

Em relação ao trabalho, esse processo de consolidação dos correspondentes na última década significou uma nova etapa da terceirização das atividades do setor bancário, em níveis muito mais relevantes do que as realizadas nos governos da década de 90. Através dos correspondentes, que realizam operações análogas a dos bancos, há um aumento da exploração sobre os trabalhadores, tendo

⁶A audiência pública realizada em Brasília, em agosto de 2011, na Câmara dos Deputados, discutia o Projeto de Decreto Legislativo 214/11, do Deputado Federal Ricardo Berzoini (PT-SP), que pretendia restringir a Resolução 3.954, do Conselho Monetário Nacional, impedindo o aumento das funções dos correspondentes.

em vista os baixos salários, as longas jornadas, a grande pressão por produtividade nas empresas terceirizadas e a eliminação dos caros sistemas de segurança exigidos pela Lei Federal 7.102/83 para as agências bancárias (porta giratória, vigilantes, câmeras de segurança, entre outros).

Na maioria das empresas cuja atividade principal não é a de correspondente, como em farmácias ou mercados, os trabalhadores que fazem a função de caixa não recebem qualquer remuneração extra para desempenhar a atividade bancária, acumulando as funções de atendimento dos clientes do estabelecimento contratante e do banco associado. O estabelecimento comercial também não necessita se comprometer a contratar novos funcionários, equacionar remuneração, direitos ou a jornada de trabalho de acordo com a da categoria bancária. O que se evidencia é a manutenção de baixos salários, a sobrecarga de trabalho e as longas jornadas nestes estabelecimentos.

Há também as empresas especializadas em serviços bancários, cuja atividade principal é a de correspondente. Nesse caso, as empresas contratam trabalhadores para atuar especificamente nas funções bancárias, mas os trabalhadores são registrados como ‘comerciários’ e não tem assegurado os direitos da categoria bancária, com jornadas estendidas e salários mais baixos. Em uma consulta realizada em novembro de 2011, nos sites <http://www.catho.com.br> e <http://www.infojobs.com.br>, dois dos maiores portais de oferta de emprego do Brasil, as vagas para trabalho em ‘correspondentes’ apresentam, em média, as seguintes condições: salários bruto entre R\$ 650,00 e R\$ 850,00 (de acordo com a função e a cidade), com jornada de 44 horas semanais, vale-refeição e vale-transporte (não se estipula valores). Um bancário recém-contratado, com a mesma escolaridade exigida (ensino médio completo), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, após o período de experiência, recebe um piso salarial de R\$ 1.400,00, com jornada de 30 horas semanais, auxílios creche, para filhos deficientes, alimentação e refeição, vale-transporte, assistência médica, e uma série de garantias contratadas. Há, portanto, um aumento da jornada e uma diminuição da remuneração e direitos dos trabalhadores nessas empresas, evidenciando o papel de precarização do trabalho a partir dessa modalidade de terceirização/quarteirização.

Em 2001, segundo o Banco Central, o número de correspondentes era de 8.118 estabelecimentos, chegando em 2010 a 165.228 (Tabela 5), um crescimento de quase 2.000%. Os correspondentes que se tornaram mais conhecidos foram as lotéricas

e o banco postal, todavia funcionaram como correspondentes diversos tipos de estabelecimento comerciais, como aponta a revista do CIAB:

[...] diariamente, milhões de pessoas em todo o País, - notadamente originárias das classes mais baixas – vão a supermercados, agências dos Correios, farmácias, mercadinhos e casas lotéricas para realizar operações bancárias (CORRESPONDENTES..., 2006a, p. 12).

Tabela 5. Comparativo rede atendimento de Agência e Correspondentes no Brasil - 2000 e 2010.

	2000	2010	Variação
Agências	16.396	19.813	20%
Correspondentes	13.731	165.228	1.103%

Fonte: Febraban (2011) e Banco Central (2011b).

O investimento dos bancos em tecnologia, que passou de R\$ 2,8 bilhões em 2000 para R\$ 21 bilhões em 2010 (FEBRABAN, 2001, 2011)⁷, esteve concentrado nessas últimas duas décadas na viabilização, por um lado, das integrações de sistemas com as fusões e aquisições bancárias e, por outro, da expansão das formas alternativas de atendimento. No caso dos correspondentes, os bancos investiram altas cifras para possibilitar a instalação de seu sistema operacional e a troca de informações de forma segura com empresas do comércio e os prestadores de serviço, o que se tornou possível e viável somente na última década, passando, em 2003, de 0,5% das transações bancárias tendo origem por esse tipo de meio para 5,3% em 2008.

Conclusão

O modelo de organização do sistema bancário nas últimas duas décadas conectou o sistema financeiro nacional às necessidades de acumulação do capital transnacional. As escolhas dos banqueiros, incentivadas pelos diferentes governos desde o final da década de 80 até o final da primeira década do século XXI, sobretudo através do Banco Central, foi orientado no sentido da flexibilização do trabalho, seja o dos bancários ou do terceirizados. Os investimentos em tecnologia, em nome de uma eficiência neutra, se orientaram nesta perspectiva, privilegiando a mudança do perfil do bancário, a substituição dos trabalhadores do quadro próprio das instituições por outros em correspondentes e demais empresas terceirizadas ou quarteirizadas, os canais de atendimento tradicional das agências por outros automatizados e mais baratos, a incorporação de bancos e a concentração do setor.

⁷Esses gastos em tecnologia abrangem o investimento em hardware, infraestrutura, telecomunicações, softwares adquiridos com terceiros, softwares desenvolvidos nos bancos (FEBRABAN, 2001, 2011).

Referências

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Debate ressalta polêmica sobre regras para correspondentes bancários.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/economia/201196-debate-ressalta-polemica-sobre-regras-para-correspondentes-bancarios.html>>. Acesso em: 16 ago. 2011.
- ALVES, B. Os novos horizontes do SFN. **Informativo Febraban/Fenaban**, v. 6, n. 76, p. 19-24, 1990.
- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.
- BANCO CENTRAL. **Bancos Brasileiros após a Resolução 1524, de 21.09.88**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=relsfn19882000>>. Acesso em: 17 ago. 2011a.
- BANCO CENTRAL. **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>>. Acesso em: 17 ago. 2011b.
- BANCO CENTRAL. **Circular 220 de Conselho Monetário Nacional, de 15 de outubro de 1973**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1973/pdf/circ_0220.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2011c.
- BANCO CENTRAL. **FAQ - Correspondentes no País** (lotéricas, banco postal e outros). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?correspondentesfaq>>. Acesso em: 17 ago. 2011d.
- BANCO DO BRASIL. **Composição Acionária. Conheça o BB**: Relações com Investidores. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,136,3595,0,0,1,8.bb?codigoMenu=204&codigoNoticia=11380&codigoRet=1251&bread=5>>. Acesso em: 18 ago. 2011.
- CAPPI, L. C. T. Discurso na primeira Conferência Latino-Americana sobre serviços financeiros ao consumidor. **Informativo Febraban/Fenaban**, v. 1, n. 15, s.p., 1985.
- CARVALHO, G. Impactos da Internacionalização Financeira sobre o Sindicalismo Bancário Curitibano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2009. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=213&Itemid=171>. Acesso em: 12 out. 2011.
- CERQUEIRA, H. E. A. G.; AMORIM, W. A. C. Evolução e características do emprego no setor bancário. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, p. 69, 1998.
- CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COGGIOLA, O.; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONDE, E. Discurso do Presidente do Centro de Automação Bancária (CNAB), na abertura do Primeiro Congresso Internacional de Automação Bancária e Primeira Exposição de Equipamentos e Serviços de Automação Bancária. In: CIAB, 1., 1991, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Febraban, 1991. p. 1-4
- CORRESPONDENTES: crescimento viral. **Revista CIAB**, v. 2, n. 3, p. 12-14, 2006.
- DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DANTAS, R. Crise de superprodução e crise estrutural do capital. **Revista Rede de Estudos do Trabalho**, v. 3, n. 6, p. 1-21, 2010. Disponível em: <<http://www.estudosdo trabalho.org/3revistaRET6.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2011.
- DIAS, L. C.; LENZI, M. H. Reorganização espacial de Redes Bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Caderno CRH**, v. 22, n. 55, p. 97-117, 2009.
- DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Fusões no setor bancário: emprego e concorrência**. São Paulo: Dieese, 2007. (Nota Técnica n. 55)
- DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa de emprego bancário**. Geração de empregos no setor bancário diminui 83,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. São Paulo: Contraf/CUT, 2012. n. 13
- EM DIREÇÃO ao on-line. **Dados e Ideias**, v. 7, n. 47, p. 18-20, 1982.
- FEBRABAN-Federação Brasileira de Bancos. **Setor bancário em números**. Catálogo do V CIAB. São Paulo: Febraban, 1995.
- FEBRABAN-Federação Brasileira de Bancos. **Setor bancário em números**. Catálogo do VI CIAB. São Paulo: Febraban, 1996.
- FEBRABAN-Federação Brasileira de Bancos. **Setor bancário em números**. Catálogo do VIII CIAB. São Paulo: Febraban, 1998.
- FEBRABAN-Federação Brasileira de Bancos. **Setor bancário em números**. Catálogo do IX CIAB. São Paulo: Febraban, 1999.
- FEBRABAN-Federação Brasileira de Bancos. **Setor bancário em números**. Catálogo do XI CIAB. São Paulo: Febraban, 2001.
- FEBRABAN-Federação Brasileira de Bancos. **Setor bancário em números**. Catálogo do XII CIAB. São Paulo: Febraban, 2002.
- FEBRABAN-Federação Brasileira de Bancos. **Setor bancário em números**. Catálogo do XIX CIAB. São Paulo: Febraban, 2009.
- FEBRABAN-Federação Brasileira de Bancos. **Setor bancário em números**. Catálogo do XXI CIAB. São Paulo: Febraban, 2011.
- FEBRABAN/FENABAN-Federação Brasileira de Bancos/ Federação Nacional dos Bancos. Opções e dificuldades da privatização - Entrevista com Nicholas Read, Presidente do Midland Bank do Brasil. **Informativo Febraban/Fenaban**, v. 6, n. 76, p. 6-7, 1990.
- GHINIS, C. P. O avanço do processo de liberalização financeira no Governo Lula e o comportamento dos fluxos de capitais internacionais para o Brasil. **Revista**

- Eletrônica da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**, v. 34, n. 2, p. 103-114, 2006.
- IANONI, M. Ciência política e sistema financeiro no Brasil: o artigo 192 da Constituição Federal. **Revista Política e Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 173-204, 2010.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**, 1995-2009, Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2011.
- IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise**. Brasília: IPEA, 2009. (Comunicado da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 20.)
- JANOWITZER, R. G. A automação bancária no Brasil. **Conjuntura Econômica**, v. 40, n. 2, p. 185-189, 1986.
- JINKINGS, N. A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, R. (Ed.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 189-215.
- JINKINGS, N. **Trabalho e resistência na ‘fonte misteriosa’**: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MARTINEZ, J. P. A corrida pela automação bancária. **Dados e Ideias**, v. 6, n. 6, p. 6-14, 1981.
- MARTINEZ, J. P. No caminho do dinheiro eletrônico. **Dados e Ideias**, v. 8, n. 58, p. 6-9, 1983.
- MÉSZÁROS, I. A Produção de riquezas e a riqueza da produção. In: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 605-629.
- NAVAS, G. R. Discurso proferido no XVIII Congresso Nacional de Informática (1985). Automação bancária: surgimento, evolução e situação atual. **Revista de la Federación Latinoamericana de Bancos**, v. 18, n. 58, p. 47-53, 1985.
- NAKATANI, P.; SABADINI, M. S. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (Org.). **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 21-50.
- PASSOS, D. D. **A internacionalização do setor bancário no Brasil após o Plano Real**: divergências de interesses dos banqueiros com a ação do Estado e mudanças nas negociações com os trabalhadores bancários. 2001. 142f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.
- PERES, M. Tecnologia já não faz ‘a’ diferença. **Revista CIAB**, v. 1, n. 2, p. 10, 2005.
- SICSÚ, J. **Emprego, juros e câmbio**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- TROSTER, R. Bancarização exige melhoria institucional. **Revista CIAB**, v. 1, n. 2, p. 10-11, 2005.

Received on August 28, 2012.

Accepted on November 12, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.